

PNA E MOBRAL: CONCEPÇÕES E MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO DA EJA NO BRASIL NO GOVERNO DE JOÃO GOULART E NA DITADURA MILITAR¹

Hergon Henrique Brito Ramalho Leite²

Resumo: O presente artigo toma como base a pesquisa documental sobre as iniciativas oficiais voltadas para o combate ao analfabetismo no Brasil, do ano de 1961 ao ano de 1985. Nesse sentido, localizamos leis e decretos produzidos durante o período em estudo. Mais estritamente, situamos as concepções e os métodos de alfabetização que estão materializados nas políticas públicas de alfabetização de jovens e adultos no governo de João Goulart (1961-1964) e no período da Ditadura Militar brasileira (1964-1985). Privilegiamos informações acerca da fundamentação teórico-metodológica que orientou o ensino de língua materna, destinado a jovens e adultos, sobretudo a concepção de alfabetização funcional utilizada pela UNESCO para fundamentar as práticas alfabetizadoras desenvolvidas nos países da América Latina.
Palavras-chave: Alfabetização. Métodos de alfabetização. Ditadura Militar.

Abstract: *This article builds on the documentary research on official initiatives aimed at combating illiteracy in Brazil, from 1961 to 1985. In this sense, we located laws and decrees produced during the period under study. More strictly, we situate the conceptions and literacy methods that are materialized in public policies of youth and adult literacy in the government of João Goulart (1961-1964) and the period of dictatorship Brazilian Military (1964-1985). Privileged information about the theoretical and methodological basis that guided the mother-tongue education for young people and adults, especially the design of functional literacy used by UNESCO to support literacy teachers developed practices in Latin America.*

Keywords: *Literacy. Literacy methods. Military Dictatorship.*

Desde a década de 1980 tem se desenvolvido no Brasil o ramo de estudos (na área de Educação e Linguagem) denominada História da Alfabetização. Segundo Mortatti (2002), nesse ramo constituiu-se um corpus de conhecimento bastante consistente, através das investigações empreendidas por uma série de pesquisadores vinculados ao GT-10 “Alfabetização, Leitura e Escrita”, da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – ANPED. Identificar quais foram os métodos de alfabetização e as práticas sociais de leitura e escrita (em cada momento histórico da educação brasileira) tem sido a preocupação dos historiadores da alfabetização, que têm o ensino da língua materna como objeto de reflexão.

¹ O presente artigo é resultado do trabalho monográfico orientado pela Prof^a. Dr^a. Livia Diana Rocha Magalhães (UESB). Agradeço ao amigo Luiz Alexandre Brandão pela leitura e ao Prof. Dr. Ronei Guaresi pela revisão de texto.

² Graduado em Pedagogia. Professor da rede municipal de ensino de Vitória da Conquista - BA. Discente do curso de Letras, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

No que se refere às políticas de alfabetização, as análises desenvolvidas por Ferraro (2009) indicam que o período que antecede a Ditadura Militar brasileira foi marcado por campanhas de alfabetização emergenciais atreladas apenas à questão eleitoral no Brasil. No mesmo trabalho, Ferraro discorre acerca das iniciativas do Estado na promoção da alfabetização e conclui que o analfabetismo tornou-se um problema nacional no início do século XX, apesar do MOBRAL, primeira política educacional articulada em todo o território brasileiro, ter sido implantado em 1967.

No presente trabalho, pretendemos recuperar, para fins de análise, as principais propostas voltadas para a erradicação do analfabetismo no Brasil. Pretendemos evidenciar qual era a concepção e o método de alfabetização presentes nos documentos oficiais que norteavam a política educacional brasileira voltada para a educação de jovens e adultos, entre o governo João Goulart (1961-1964) e o período da Ditadura Militar (1964-1985). Tentamos, ainda, apontar, por meio da fundamentação teórica e dos dados coletados, quais eram as finalidades subjacentes ao projeto alfabetizador desenvolvido nesse período.

Tomamos como referência de análise os seguintes documentos oficiais: Os decretos nº. 53.465/64 e nº 53.886/64 referentes ao Plano Nacional de Alfabetização – PNA; a Lei nº. 5.379/67 do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL e o decreto nº 91.980/85.

Na primeira parte, apresentamos um breve panorama das campanhas de alfabetização no Brasil, elencando as iniciativas oficiais que visaram combater o analfabetismo entre as décadas de 1940 e 1960. Na segunda parte, apresentamos a concepção de alfabetismo funcional adotado pela UNESCO. Em seguida, apresentamos a análise dos documentos supracitados.

As primeiras campanhas de alfabetização (1940-1960)

Pode-se considerar que foi na década de 1940 que o poder público implantou a primeira política pública direcionada para a educação de jovens e adultos: a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, que, na época, configurou-se como o primeiro passo dado pelo governo federal no combate ao analfabetismo (SOUZA, 1996). Segundo Paiva (1990, p. 88),

As grandes campanhas brasileiras funcionaram entre o final dos anos 40 e o início dos anos 60: foram elas a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) e a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER). Quando o fracasso de tais programas transcendeu os meios técnicos e sua decadência tornou-se visível, especialmente a partir de meados dos anos 50, multiplicaram-se os programas de pequeno porte, restritos e prudentes, muitas vezes de iniciativa privada e cuja ação se pautou por critérios bastante distintos daqueles que marcaram as campanhas, ancorada solidamente nas lutas sociais e políticas da época.

O Governo Federal, sob o comando do então presidente Eurico Gaspar Dutra, iniciou esse empreendimento em 1947, num período em que o contexto mundial caracterizava-se pela consolidação do capitalismo e o desenvolvimento do conceito de alfabetismo funcional por parte dos pesquisadores estadunidenses. Conforme aponta Souza (2008), as primeiras campanhas de alfabetização no Brasil foram elaboradas no intuito de aumentar o número de eleitores, visto que somente os alfabetizados poderiam participar do processo eleitoral.

No Brasil, vivia-se um ambiente político pós-Constituição de 1946, que instituía o voto universal, desde que o indivíduo fosse alfabetizado, restrição que excluía cerca de 50% da população entre 15 e 64 anos, o que levaria a um esforço de alfabetização com vistas à expansão da massa de eleitores por diferentes setores sociais, que entendiam que o analfabetismo era um dos mecanismos de manutenção da estrutura de poder baseada na exclusão do grande público nas decisões importantes do país (SOUZA, 2008, p. 3).

O Brasil naquele momento passava por uma redefinição da parcela de eleitores através da adoção do voto universal instituído pela constituição de 1946, excluindo do processo eleitoral cerca de 50% da população entre 15 e 64 anos, uma vez que esse grupo era formado por analfabetos. Sendo assim, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, tendenciosamente, contribuiu para o aumento do índice de pessoas alfabetizadas no intuito de incentivar a participação desses brasileiros nas eleições (FÁVERO, 1983).

Souza e Oliveira (1997) ressaltam que, com o objetivo de amenizar a situação do analfabetismo brasileiro, nos antecedentes mais próximos da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, foi implantada a política de expansão do ensino primário através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. A estratégia adotada partia do pressuposto de que, ao expandir a rede de ensino, a oferta de escolas contribuiria na contenção do aumento do índice de analfabetos. Entretanto, como aponta o autor supracitado,

Essa expansão se efetivou de forma precária. Como a oferta de vagas permanecia insuficiente, isto contribuiu para o crescente índice de analfabetismo no país, de forma que, na segunda metade do século XX, a população estava em 51 milhões, 944 mil e 397 habitantes, e o índice de analfabetismo era de 50% entre as pessoas maiores de quinze anos. Naquele período, 360 municípios brasileiros não contavam com qualquer prédio escolar, e os existentes nos demais municípios apresentavam instalações extremamente precárias, principalmente os da zona rural (OLIVEIRA; SOUZA, 1997, p. 3).

A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos foi elaborada para atender às demandas educacionais que a expansão precária do ensino primário empreendida pelo FNDE não lograra atender. Nesse sentido, através de financiamentos provenientes de setores públicos e privados, a campanha iniciou suas atividades direcionando os programas de alfabetização para a população da zona rural entre os anos de 1947 e 1963 (OLIVEIRA; SOUZA, 1997).

Sobre a criação da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, Paiva (1990, p.88) ressalta:

Lançada em janeiro de 1947 a CEAA constituiu-se na campanha de maiores proporções já organizada no país para combater o analfabetismo, antes do surgimento do Mobral. O entusiasmo suscitado foi enorme. Sua meta de 500.000 alunos no primeiro ano de existência foi ultrapassada, tendo sido matriculados 659.605 analfabetos em todo o país. Em termos quantitativos ela chegou a seu auge em 1953, quando matriculou em seus cursos a 850.685 pessoas. A partir daí a campanha entrou em declínio naquilo que ela apresentava como o seu grande trunfo: a quantidade de alunos.

Conforme apontam Souza e Oliveira (1997), os coordenadores da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos se limitaram a aumentar o número de alunos nas classes de alfabetização em detrimento dos aspectos qualitativos (livro didático e métodos de alfabetização). Sendo assim, a divulgação do elevado número de alunos matriculados escondia as dificuldades da campanha, sobretudo no que diz respeito ao material didático, que era padronizado para todo o país e não atendia às especificidades da zona rural. Logo, a campanha representou pouco avanço no campo da alfabetização de jovens e adultos.

A Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos é considerada a primeira iniciativa oficial voltada para a erradicação do analfabetismo e encabeça a lista dos programas governamentais no campo das políticas de alfabetização no Brasil que não alcançaram os resultados esperados.

Os reiterados fracassos fizeram com que as discussões sobre as campanhas de alfabetização estivessem sempre pautadas pelo ceticismo, sobretudo de profissionais da área de educação. Sobre esse aspecto, Paiva (1990) afirma que:

A desconfiança das campanhas de alfabetização de massa não surgiu do nada. Está solidamente apoiada sobre a experiência anterior de fracasso de inúmeros programas do gênero em todo o mundo. Tais programas foram lançados em muitos países periféricos após a Segunda Guerra Mundial, estimulados pela UNESCO recém-criada (p. 87).

Apesar da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos não ter alcançado, nos primeiros três anos de funcionamento, o seu principal objetivo, qual seja: a erradicação do analfabetismo, o governo federal estendeu as suas ações até o ano de 1963. Nesse ínterim, outras campanhas foram elaboradas e implantadas, sobretudo na década de 1950.

O exercício da retrospectiva no campo das políticas de alfabetização no Brasil evidencia que, no período das primeiras campanhas, o analfabetismo era considerado um dos motivos que contribuíam para o atraso econômico-cultural do Brasil em relação aos países dos blocos capitalistas mais avançados, sendo assim, deveria ser erradicado. Nesse sentido, no início da década de 1950, o governo federal empreendeu a segunda campanha de alfabetização denominada Campanha Nacional de Educação Rural – CNER.

A Campanha Nacional de Educação Rural – CNER foi implantada no ano de 1952 com o objetivo de erradicar o analfabetismo que prevalecia na população rural brasileira.

A elaboração de uma campanha basicamente rural não se deu de forma aleatória. As atividades da campanha ficaram restritas no meio rural porque, segundo dados do IBGE, na década de 1950, 63,84% da população brasileira morava na zona rural onde a população era majoritariamente constituída por analfabetos. Sobre a CNER, Oliveira e Souza (1997) ressaltam que:

A campanha indicava o princípio da organização social das comunidades, com objetivo de estimular a ajuda da população da zona rural, na busca de solução de problemas locais, bem como a consolidação do trabalho no campo. Para tanto, organizaram-se os Centros Sociais de Comunidade que, dentre as atividades desenvolvidas, promovia a formação de professores leigos (p. 6).

Conforme apontam os autores supracitados, além da erradicação do analfabetismo na zona rural, constava nos objetivos da campanha o emprego de esforços para incentivar a fixação dos alunos no campo, porém, as proposições ideológicas da campanha não contribuíram para atingir nenhum desses objetivos.

Conforme observações feitas por Oliveira e Souza (1997, p.8),

Os resultados da CNER não foram muito expressivos, não obstante, sua influência se fez de forma marcante. A campanha enfatizava a crença na educação para a promoção de desenvolvimento. Acreditava-se que a educação poderia modificar profundamente a realidade da população, independentemente da real condição econômica das comunidades.

Segundo Madeira (1992), o aumento da produtividade econômica da mão de obra, bem como o surgimento de boas condições para alcançar o desenvolvimento social e econômico pretendido, fez com que o governo de Juscelino Kubitschek não priorizasse o desenvolvimento de campanhas para a alfabetização de adultos. Nesse sentido, Oliveira e Souza (1997) ressaltam que:

Entre 1955 e 1961, com a política desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek, as campanhas tradicionais de educação de adultos se apresentaram inadequadas à nova conjuntura, em função da pouca eficiência na formação de mão de obra para a indústria. Ressalta-se que as campanhas de alfabetização de adultos praticamente desapareceram nesse período (p. 15).

Em contrapartida, havia setores da sociedade que consideravam a alfabetização das camadas populares um importante instrumento de luta para modificar as condições desfavoráveis que prejudicavam a vida da classe trabalhadora. Nesse sentido, católicos adeptos da Teologia da Libertação elaboravam e colocavam em ação os seus programas de alfabetização, no intuito de contribuir para a conscientização histórico-social dos educandos e tentar modificar a estrutura social brasileira.

Nesse cenário, foi fundado em 21 de março de 1961, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, o Movimento de Educação de Base – MEB. O MEB atuou no campo da alfabetização de adultos entre os anos de 1961 e 1964 com auxílios financeiros provenientes do Governo Federal. Entretanto, após o golpe militar, os seus programas foram todos cancelados e substituídos pelas políticas de alfabetização dos governos militares que se estabeleceram na dianteira do país até o ano de 1985.

Segundo Souza (2008, p.4),

Dentro da perspectiva popular surge o Movimento de Educação de Base (MEB), que era projeto de ensino à distância lançado pela CNBB em 1961, repetindo experiências bem sucedidas em outros países que adotavam princípios próximos ao pensamento de Freire. Dessa forma, o MEB, orientado pelos anseios da Educação Popular, acabaria se opondo aos fundamentos que davam sustentação às campanhas oficiais. O MEB entendia o analfabetismo como efeito de um cenário sócio-histórico de desigualdade de condições que condenava à nulidade e à opressão os que não se apropriaram do código escrito. Portanto, o processo educativo que tivesse como objetivo a construção da cidadania deveria interferir na estrutura social responsável pela produção do analfabetismo.

Durante o período que antecedeu a Ditadura Militar coexistiram paralelamente às propostas governamentais outras iniciativas voltadas para a alfabetização de jovens e adultos. Essas iniciativas seguiam uma linha teórica distinta em relação às propostas da UNESCO e dos Estados Unidos (Acordo MEC/USAID), que estavam pautados no ideal “desenvolvimentista” (GADOTTI; ROMÃO, 1999). Nesse período destacou-se, pelo teor inovador da sua proposta, o educador Paulo Freire com o seu modelo de educação popular. Nesta perspectiva, Cunha (1999, p. 11) assinala:

É possível que um marco dessa nova postura tenha sido Paulo Freire, quando relatou o tema “educação dos adultos e as populações marginais: o problema dos mocambos”, vinculando analfabetismo e pauperismo (Seminário Regional de Pernambuco, preparatório ao II Congresso Nacional de Educação de Adultos). Neste congresso (Rio, 1958), o educador nordestino defendeu a educação com o homem, denunciando a então vigente educação para o homem. E ainda: a substituição da aula expositiva pela discussão, a utilização de modernas técnicas de educação de grupos com a ajuda de recursos áudio-visuais etc. Demonstrou preocupação com metodologias e, principalmente, com o lugar (social, político, educacional, de autoridade) a ser assumido por educador e educando.

Diante do que foi exposto entendemos que, naquele período, as propostas educacionais voltadas para a alfabetização, eram diversificadas e coexistia num cenário de disputa política/ideológica que proporcionou o surgimento de projetos de erradicação do analfabetismo que não se limitavam apenas à alfabetização mecânica, com objetivos reacionários. Sendo assim, conforme aponta Souza (2008, p.5),

No início da década de 1960, governo João Goulart, movimentos de educação e cultura popular, ligados a organizações sociais, à Igreja Católica e a setores governamentais, desenvolveram experiências de alfabetização de adultos orientadas a conscientizar os participantes de seus direitos, analisar criticamente a realidade e nela intervir para transformar as estruturas sociais injustas.

Para além do alfabetismo apenas para aumentar o número de eleitores, para além da alfabetização como recurso que contribuiria para o desenvolvimento e a manutenção do sistema capitalista, existiram propostas, como as de Paulo Freire, que concebiam a alfabetização como um primeiro estágio para a conquista da emancipação das camadas populares.

Em 1961 surgiu em Natal (Rio Grande do Norte) a campanha De Pé No Chão Também se Aprende a Ler. Essa campanha de alfabetização de adultos foi desenvolvida pela Secretaria Municipal de Natal em Fevereiro de 1961. Uma das características marcantes da campanha De Pé No Chão foi a articulação com o movimento popular. Com essa característica, a campanha contou com a participação dos setores populares da cidade de Natal para elaboração das propostas que seriam executadas na gestão do prefeito Djalma Maranhão (CUNHA, 1999).

Sobre a organização e os objetivos da campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler, Cunha (1999, p.22) ressalta:

Durante a campanha foram organizados 160 comitês, numa população de 160 mil habitantes. Nesses comitês eram discutidas as questões sob uma ótica municipal, estadual, nacional, internacional, objetivando o fortalecimento do movimento popular. Além da mobilização política, os comitês listavam os problemas mais urgentes dos bairros e as reivindicações mais veementes da população. Após convenções de bairros, os comitês promoveram a Convenção Municipal, e esta, ao consolidar as listas das reivindicações das bases, encontrou a “escola para todos” e a “erradicação do analfabetismo” como a prioridade número um.

Podemos perceber que a campanha de Pé no Chão foi idealizada a partir dos anseios do povo. Priorizando as reivindicações dos moradores dos bairros, a campanha foi configurada a partir dos anseios daquela gente que, naquele momento, almejava em primeiro lugar a erradicação do analfabetismo.

Mesmo com resultados satisfatórios, a campanha de Pé no Chão, os movimentos de cultura popular e o Plano Nacional de Alfabetização – PNA (decreto nº 53465, de Janeiro de 1964) foram extintos pelo Golpe de Estado dos militares em 31 de Março de 1964.

Segundo Souza (2008, p. 5),

No ano de 1963, instituiu-se o Plano Nacional de Alfabetização, idealizado por Freire desde 1958, quando da realização do Congresso Nacional de Educação de Adultos. Esse evento reuniu setores ligados à Educação Popular,

participando de sua elaboração as forças germinadas pela Ação Católica – comunidades de base, movimentos estudantis representados pela UNE, sindicatos. Contudo, em 1964, após a implantação do governo civil-militar os projetos baseados na Educação Popular perderam força, com corte de verbas para financiamento de suas ações e por medidas arbitrárias, exilando-se lideranças desses movimentos como no caso de Paulo Freire.

Podemos definir a Ditadura Militar como o período da história do Brasil em que os militares governaram o país. Esse período abrange os anos de 1964 a 1985, o qual caracterizou-se pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão aos que eram contra o regime militar.

O Brasil já passava por um período de crise política desde a renúncia do presidente Jânio Quadros em 1961. Assumindo a presidência em um momento político adverso, o governo do presidente João Goulart (vice de Jânio Quadros) foi marcado pelo diálogo com as organizações sociais.

As propostas do presidente João Goulart estavam atreladas às Reformas de Base. Nesse sentido, Jango prometia mudanças na estrutura agrária, econômica e educacional do país. Suas propostas geraram um clima de tensão naquele período, uma vez que os primeiros anos da década de 1960 foram o auge da Guerra Fria (EUA X URSS) e, naquele momento, a classe média/conservadora brasileira temia a tomada do poder pelos comunistas. Quando os militares conseguiram afastar o presidente Jango da presidência da república iniciou-se a Ditadura Militar. No campo educacional, o período que compreende a Ditadura Militar brasileira foi marcado por reformas em todos os níveis da educação (SOUZA E OLIVEIRA, 1997).

Mesmo com resultados satisfatórios, a campanha de Pé no Chão, os movimentos de cultura popular e o Plano Nacional de Alfabetização – PNA (decreto nº 53465, de Janeiro de 1964) foram extintos pelo golpe de Estado dos militares em 31 de Março de 1964.

As políticas de alfabetização durante a Ditadura Militar (1964-1985)

A política educacional brasileira no período da Ditadura Militar deixou de ser um espaço de disputa das propostas da sociedade civil (setores populares, privatistas, reformistas defensores da escola pública) para dar abertura para convênios com agências estrangeiras, sobretudo estadunidenses, que concebiam as reformas do sistema

educacional brasileiro como etapas importantes para o desenvolvimento social e econômico do Brasil que, naqueles moldes, significava um avanço para a consolidação do sistema capitalista. Sobre os acordos com as agências dos Estados Unidos, Cunha (1999) elucida:

Os acordos MEC-USAID cobriram todo o espectro da educação nacional, isto é, o ensino primário, médio e superior, a articulação entre os diversos níveis, o treinamento de professores e a produção e veiculação de livros didáticos. A proposta da USAID não deixava brecha. Só mesmo a reação estudantil, o amadurecimento do professorado e a denúncia de políticos nacionalistas com acesso à opinião pública evitaram a total demissão brasileira no processo decisório da educação nacional (p. 33).

Além desses acordos, o governo militar através do Ato Institucional AI-1 modificou a constituição, anulou mandatos legislativos e determinou eleições indiretas para Presidência da República. Aqueles que insistiam em manter uma postura oposta ao regime foram cassados, torturados e alguns morreram nessa disputa política.

Sobre os programas de alfabetização dos movimentos populares e as políticas de alfabetização antes e depois da Ditadura, Madeira (1992) afirma que:

A alfabetização, como ato pedagógico, localizou-se em um contexto de uma prática social mais ampla. Foi a descoberta da dimensão sócio-política da educação popular. Estes movimentos se deveram mais à ação da sociedade civil do que à intervenção da burocracia estatal. Com o regime autoritário-militar, estes movimentos enfrentaram toda repressão, sendo substituídos pela força do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL que, ao encerrar suas atividades com o advento da Nova República, apresentava um saldo decepcionante, apesar do grande investimento realizado (p.60).

No que concerne à alfabetização e à erradicação do analfabetismo no Brasil, a principal política educacional vigente no período do regime militar foi o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL (criado a partir da lei nº 5.379/67). O MOBRAL foi um programa de alfabetização criado pelo Governo Federal com o objetivo de erradicar o analfabetismo em dez anos.

Paiva (1990) enfatiza que

O lançamento do Mobral como campanha de alfabetização de massa, em 1970, prendeu-se diretamente à mobilização política canalizada através do movimento estudantil em 1968 e à promulgação do AI-5 em dezembro deste ano, constituindo-se tal campanha — juntamente com a expansão do ensino superior — num dos pilares da política educacional do governo militar no período. Enquanto a expansão do ensino superior visava, entre outros objetivos, atender às demandas das classes médias por este nível de ensino e neutralizar o movimento estudantil, o Mobral foi montado como uma peça

importante na estratégia de fortalecimento do regime, que buscou ampliar suas bases sociais de legitimidade junto às classes populares, num momento em que ela se mostrava abalada junto às classes médias. Pelo seu caráter ostensivo de campanha de massa, o Mobral deve ser visto como um dos "programas de impacto" (ao lado, por exemplo, da Transamazônica) do governo Médici. Organizado a partir de uma logística militar de maneira a chegar a quase todos os municípios do país, ele deveria atestar às classes populares o interesse do governo pela educação do povo, devendo contribuir não apenas para o fortalecimento eleitoral do partido governista, mas, também, para neutralizar eventual apoio da população aos movimentos de contestação do regime, armados ou não (p. 85).

As atividades do MOBREAL, inicialmente, abrangiam a educação de jovens e adultos visando a alfabetização funcional dos educandos em detrimento da formação política e da conscientização do público alvo dessa proposta.

Analisando o contexto da elaboração das políticas públicas voltadas para a educação de adultos durante a Ditadura Militar, Oliveira e Souza (1997) pontuam:

A educação de jovens e adultos, no início do governo militar, foi marcada pela falta de investimentos. Somente em 1966, diante da má repercussão internacional dos elevados índices de analfabetismo aliada aos apelos da UNESCO, o governo brasileiro elaborou o Plano Complementar em trabalho conjunto entre Conselho Federal de Educação, Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Planejamento. Daí assumiu as diretrizes técnicas de modo a estabelecer estratégias para reduzir os índices de analfabetismo que, segundo o IBGE, em 1960 eram de 39,50 % da população com mais de 15 anos de idade (p. 18-19).

Do ponto de vista quantitativo, o índice de analfabetismo continuou alto, embora muito dinheiro público tenha sido desperdiçado e o nível de alfabetização dos educandos que participaram do programa não foi o suficiente para promover a tão esperada inserção de mão de obra qualificada no mercado de trabalho brasileiro, proclamada pela Ditadura Militar (BELLO, 1993).

Diante do panorama acima esboçado, podemos inferir que as propostas para erradicação no Brasil elaboradas pelo governo militar não passaram de uma política de alfabetização tecnicista, mercadológica e ideológica que se situa no contexto de uma economia dependente, de aprofundamento das desigualdades sociais.

Segundo Bello (1993), as práticas alfabetizadoras financiadas pelo governo militar se inspiram em métodos tradicionais que possibilitam apenas o desenvolvimento dos rudimentos de leitura e escrita.

Vejamos a seguir as concepções sobre alfabetização que permearam as discussões teóricas no Brasil. Na oportunidade, apresentaremos a concepção de alfabetismo funcional que norteou as proposições do governo militar.

Alfabetização: abordagens conceituais

Discussões acerca da alfabetização vêm sendo recorrentes no Brasil desde o período da primeira república, momento em que ocorreu a primeira tentativa de expandir do ensino primário brasileiro. Desde então, no que tange ao tema alfabetização, os educadores se dividem em decorrência da disputa que se estabeleceu entre aqueles que defendem métodos considerados tradicionais, os que desejam a renovação desses métodos e os adeptos das teorias que privilegiam a “desmetodização” do ensino de leitura e escrita (MORTATTI, 2000).

Segundo Mortatti (2010), as tomadas de decisão que estão atreladas à escolha de um método para fundamentar a prática alfabetizadora ensejam concepções de língua, linguagem, educação e, sobretudo, o entendimento do que seja a própria alfabetização. Nesse sentido, a querela de métodos de alfabetização que se estabeleceu no Brasil diz respeito à escolha da estratégia que será adotada pelos educadores no sentido de alcançar um objetivo comum, qual seja: o aprendizado da leitura e da escrita.

No início da década de 1970 a UNESCO adotou o termo alfabetização funcional. Essa modificação influenciou sobremaneira a política pública de alfabetização desenvolvida no Brasil durante a Ditadura Militar.

A necessidade de estabelecer um conjunto de habilidades indispensáveis para a ampliação das práticas de leitura e escrita fez com que a UNESCO adotasse o conceito de alfabetismo funcional para orientar as campanhas de alfabetização que estavam sob os seus cuidados, na década de 1970.

O desenvolvimento da capacidade de compreender textos simples e realizar operações aritméticas básicas está atrelado aos pressupostos da alfabetização funcional, que orientou as campanhas de alfabetização no Brasil, na década de 1970. Entretanto, os aspectos funcionais da alfabetização foram enfatizados durante a Segunda Guerra Mundial, conforme aponta Ribeiro (1997, p.145),

O termo alfabetismo funcional foi cunhado nos Estados Unidos na década de 1930 e utilizado pelo exército norte-americano durante a Segunda Guerra, indicando a capacidade de entender instruções escritas necessárias para a realização de tarefas militares. A partir de então, o termo passou a ser utilizado para designar a capacidade de utilizar a leitura e a escrita para fins pragmáticos, em contextos cotidianos, domésticos ou de trabalho, muitas vezes colocado em contraposição a uma concepção mais tradicional e acadêmica, fortemente referida a práticas de leitura com fins estéticos e à erudição.

Confirmando o que a autora supracitada afirma, porém sem a mesma precisão cronológica no que se refere à data do surgimento do termo alfabetização funcional, Levine (1982 *apud* GUMPERZ, 2008) ressalta que:

É difícil datar com certeza a conjunção original dos termos funcional e alfabetização. A noção de um nível de alfabetização mais sofisticado do que a simples capacidade de escrever o próprio nome e de ler um trecho simples, mas inferior a uma “fluência plena”, parece ter adquirido aceitação nos círculos especializados durante a Segunda Guerra Mundial. Desde o início, acreditava-se que esse nível intermediário de realização estaria associado à empregabilidade e, de modo superficial e obscuro, à integração social e adaptação daqueles que o possuísem (p. 54).

Nesses termos, a alfabetização funcional é compreendida como o aprimoramento das habilidades linguísticas em nível intermediário, ou seja, o alfabetizado, na perspectiva funcional, encontra-se, numa escala de desenvolvimento progressivo, no nível que está entre os rudimentos e o domínio pleno da leitura e da escrita.

Os critérios utilizados para estabelecer quais são as habilidades que caracterizam o alfabetismo funcional estão atrelados às demandas da sociedade. Nesse sentido, Ribeiro (1997) enfatiza que

O qualificativo funcional insere a definição do alfabetismo na perspectiva do relativismo sociocultural. Tal definição já não visa limitar a competência ao seu nível mais simples (ler e escrever enunciados simples referidos à vida diária), mas abrigar graus e tipos diversos de habilidades, de acordo com as necessidades impostas pelos contextos econômicos, políticos ou socioculturais (p. 147).

Aprofundando as discussões acerca da alfabetização funcional, Ribeiro (1997) apresenta duas concepções distintas do qualificativo funcional:

Para uns, a funcionalidade da alfabetização dizia respeito principalmente à formação de mão-de-obra apta a adaptar-se às exigências da modernização econômica, para outros, a funcionalidade deveria ser interpretada como adequação das iniciativas de alfabetização aos interesses da população pobre, oprimida ou marginalizada, devendo, nesse sentido, visar à transformação das

estruturas políticas e econômicas e não a adaptação dos indivíduos a elas (p. 148-149).

No que se refere às tentativas para erradicação do analfabetismo no Brasil, as campanhas organizadas pelos movimentos populares³, apesar de não utilizarem o termo alfabetização funcional, concebem a funcionalidade do ato de ler e escrever como uma ferramenta indispensável no processo de formação da consciência política da classe trabalhadora. Em contrapartida, os responsáveis pela elaboração das políticas públicas de alfabetização, sob a égide das recomendações da UNESCO, associaram o aprendizado da língua escrita apenas à formação de mão de obra no intuito de aprimorar a capacidade de desenvolvimento econômico.

Sobre a propagação dos conceitos estabelecidos pela UNESCO, Ribeiro (1997) ressalta que

A ampla disseminação do termo analfabetismo funcional em âmbito mundial deveu-se basicamente à ação da UNESCO, que adotou o termo na definição de alfabetização que propôs, em 1978, visando padronizar as estatísticas educacionais e influenciar as políticas educativas dos países membros. A definição de alfabetização que a UNESCO propusera em 1958 fazia referência à capacidade de ler compreensivamente ou escrever um enunciado curto e simples relacionado a sua vida diária. Vinte anos depois, a mesma UNESCO proporia outra definição, qualificando a alfabetização de funcional quando suficiente para que os indivíduos possam inserir-se adequadamente em seu meio, sendo capazes de desempenhar tarefas em que a leitura, a escrita e o cálculo são demandados para o seu próprio desenvolvimento e para o desenvolvimento de sua comunidade (p. 147).

Ainda que o conceito de alfabetização funcional desenvolvido pela UNESCO tenha sido amplamente divulgado, conforme ressalta a autora supracitada, no campo teórico o termo letramento vem sendo utilizado por pesquisadores a partir da década de 1980 para explicar as práticas sociais de leitura e escrita e suas consequências na sociedade.

O surgimento dessa palavra está relacionado com a necessidade de utilizar uma nomenclatura capaz de abarcar o sentido atribuído à dinâmica das práticas sociais de leitura e escrita em sociedades letradas, bem como as consequências do acesso aos rudimentos (alfabetização), da ausência de habilidades (analfabetismo) e do domínio

³ Ver Movimento de Educação de Base - MEB

pleno da comunicação/expressão em língua materna a partir da utilização de vários gêneros textuais.

No próximo tópico, apresentaremos a análise dos documentos coletados.

Análise documental

O Plano Nacional de Alfabetização - PNA

Em 21 de janeiro de 1964 foi instituído, a partir do decreto nº 53.465/64, o Plano Nacional de Alfabetização – PNA, que se constituiu como a primeira iniciativa oficial – após as reiteradas campanhas desarticuladas das décadas de 1940 e 1950 – que apresentou em seu bojo um planejamento estratégico para superar o analfabetismo⁴ brasileiro. A estrutura do plano foi delineada durante o governo de João Goulart, último presidente no período que antecede a instauração do golpe militar.

Fávero (1990) ressalta que o PNA⁵ foi viabilizado em decorrência do reconhecimento por parte do Ministro da Educação Júlio Sambaqui, que considerou as experiências de Paulo Freire muito exitosas no campo da alfabetização de jovens e adultos.

Segundo Paiva (1990), quando o presidente JG lançou esse plano estava respondendo às necessidades educativas apresentadas pelo país, no campo da educação de jovens e adultos, tendo como base as ideias oriundas de estratégias elaboradas por setores progressistas da sociedade brasileira, entre as quais podemos elencar as práticas alfabetizadoras desenvolvidas pelos movimentos populares, sobretudo as experiências do prof. Paulo Freire no Nordeste do Brasil.

Quando o governo Goulart pretendeu lançar um Plano Nacional de Alfabetização (PNA), que certamente esbarraria em muitos dos problemas com que se defrontaram as campanhas anteriores, seus organizadores buscaram escapar ao esquema das campanhas clássicas, incorporando elementos provenientes da experiência dos movimentos restritos em funcionamento no período. Além do mais, tal programa — embora vinculado ao Estado — refletia as contradições que caracterizaram o período final do populismo de inspiração varguista e estava a serviço da mobilização em favor das reformas de base (PAIVA, 1990, p. 88).

⁴ Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE indicam que, em termos absolutos, no ano de 1960, o Brasil possuía 27,6 milhões de analfabetos (FERRARO, 2009).

⁵ Cabe ressaltar que o PNA foi implantado, como projeto-piloto, na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro (FÁVERO, 1990).

A proposta esboçada no PNA reflete ideias oriundas de estratégias elaboradas por setores progressistas da sociedade brasileira, das quais podemos elencar os movimentos populares que conclamaram esforços coletivos para a superação do grave analfabetismo que assolava o país, assim sendo:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições constante de artigo 87, inciso I, da Constituição Federal, e, CONSIDERANDO a necessidade de um esforço nacional concentrado para eliminação do analfabetismo; CONSIDERANDO que os esforços até agora realizados não têm correspondido à necessidade de alfabetização em massa da população nacional; CONSIDERANDO que urge conclamar e unir tôdas as classes do povo brasileiro no sentido de levar o alfabeto àquelas camadas mais desfavorecidas que ainda o desconhecem; CONSIDERANDO que o Ministério da Educação e Cultura vem provando, através da Comissão de Cultura Popular, com vantagem o Sistema Paulo Freire para alfabetização em tempo rápido (BRASIL, 1964).

Analisando o trecho supracitado é possível depreender que a elaboração de um Plano Nacional de Alfabetização para o Brasil, nos moldes que orientaram suas diretrizes, apresenta-se como uma tentativa de superar experiências pregressas, que estavam atreladas às tentativas de superação do analfabetismo, reconhecendo os resultados inócuos das propostas oficiais implantadas até o momento, e compreende a questão da alfabetização como um problema nacional, que necessita de esforços, tanto do poder público como da sociedade civil para ser solucionado.

Estava previsto nos objetivos iniciais do PNA alfabetizar 1.834.200 analfabetos, através da criação de 60.870 círculos de cultura, com duração de três meses, em todas as unidades da federação (GADOTTI; ROMÃO 1999).

No que tange às orientações teóricas identificadas no PNA, é possível afirmar, ainda que o documento em análise não apresente dados pormenorizados acerca das técnicas de alfabetização adotadas pelo plano, que a pedagogia Freireana, base teórica das principais práticas alfabetizadoras voltadas para adultos no nordeste brasileiro, passou, naquele momento, a fundamentar a política educacional direcionada à educação de jovens e adultos em todo o país, como figura no art. 1º do decreto nº 53.465/64: “Fica instituído o Programa Nacional de Alfabetização, mediante o uso do Sistema Paulo Freire, através do Ministério da Educação e Cultura” (BRASIL, 1964). As

diretrizes operacionais⁶ do Plano Nacional de Alfabetização apontam qual era orientação teórica, escolhida pelo Ministério da Educação e Cultura, para alfabetizar o público-alvo⁷ (jovens e adultos) da política então elaborada.

Como já citamos anteriormente, o PNA tinha como proposta alfabetizar os brasileiros utilizando as técnicas oriundas do Método Paulo Freire⁸. Segundo Feitosa (1999, p. 1):

A proposta de Freire parte do Estudo da Realidade (fala do educando) e a Organização dos Dados (fala do educador). Nesse processo surgem os Temas Geradores, extraídos da problematização da prática de vida dos educandos. Os conteúdos de ensino são resultados de uma metodologia dialógica. Cada pessoa, cada grupo envolvido na ação pedagógica dispõe em si próprio, ainda que de forma rudimentar, dos conteúdos necessários dos quais se parte. O importante não é transmitir conteúdos específicos, mas despertar uma nova forma de relação com a experiência vivida. A transmissão de conteúdos estruturados fora do contexto social do educando é considerada "invasão cultural" ou "depósito de informações" porque não emerge do saber popular. Portanto, antes de qualquer coisa, é preciso conhecer o aluno. Conhecê-lo enquanto indivíduo inserido num contexto social de onde deverá sair o "conteúdo" a ser trabalhado.

Feitosa (1999) elenca dois princípios orientadores básicos da prática educativa de base Freireana, a saber: a politicidade do ato educativo e a dialogicidade da prática pedagógica. O primeiro princípio orienta o trabalho desenvolvido por educadores e educandos no sentido de fazer emergir, na consciência dos partícipes do processo educacional, a dimensão política da educação, bem como a dimensão educativa do fazer político. Já o princípio da dialogicidade faz com que o diálogo seja a mola propulsora da prática educativa, uma vez que educadores e educandos, sem a prática dialógica, não conseguirão ampliar a visão de mundo e lograr a emancipação a que se referia o autor desse método (FREIRE, 1967).

Os princípios elencados, no que se refere à alfabetização, ensejam práticas de leitura e escrita destinadas aos usos sociais concretos dessas habilidades indissociáveis, evidenciando a dimensão política que Freire atribuiu ao ato de ler e escrever.

⁶ Não analisaremos essas diretrizes, uma vez que foge ao escopo do presente trabalho. Aqui vamos nos ater apenas aos métodos e conceitos de alfabetização.

⁷ Entende-se por jovens e adultos aqueles que não tiveram acesso à educação na idade certa.

⁸ Não é nosso objetivo discutir e elencar as possíveis vantagens e desvantagens das técnicas e do método de alfabetização desenvolvidos pelo Prof. Paulo Freire. Aqui vamos nos limitar apenas à apresentação dos mesmos.

Além dos princípios da dialogicidade e politicidade, o método é desenvolvido através de etapas e procedimentos que, em linhas gerais, segundo Feitosa (1999), podem ser elencados na seguinte ordem: a) levantamento do universo vocabular; b) escolha das palavras selecionadas do universo vocabular pesquisado; c) criação de situações existenciais; d) elaboração de fichas-roteiro; e) elaboração de fichas com a decomposição de famílias fonéticas. Ainda acerca do Método Paulo Freire, Feitosa (1999) ressalta que

O que existe de mais atual e inovador no Método Paulo Freire é a indissociação da construção dos processos de aprendizagem da leitura e da escrita do processo de politização. O alfabetizando é desafiado a refletir sobre seu papel na sociedade enquanto aprende a escrever a palavra sociedade; é desafiado a repensar a sua história enquanto aprende a decodificar o valor sonoro de cada sílaba que compõe a palavra história. Essa reflexão tem por objetivo promover a superação da consciência ingênua - também conhecida como consciência mágica - para a consciência crítica (p. 2).

O método proposto por Freire não se limitava apenas em estimular a codificação e a decodificação dos sinais gráficos que compõe o alfabeto, ou seja, envolvia etapas em que educadores e educandos problematizavam suas experiências no mundo e refletiam acerca de um tema previamente escolhido. Em linhas gerais, ressaltamos que, do ponto de vista estritamente linguístico, o ensino de leitura e escrita deveria ser desenvolvido levando-se em consideração a sequência do método silábico⁹.

Todas as propostas que configuravam o PNA foram abandonadas após o início da Ditadura Militar em 1964, ou seja, o PNA foi aprovado em janeiro de 1964 e extinto através do decreto nº. 53.886, de 14 de abril de 1964, portanto no mesmo ano que foi aprovado.

Teixeira (2008) ressalta que

Logo no dia 1º de abril de 1964 todas as atividades do Plano Nacional de Alfabetização (PNA), tanto no Nordeste como no Sudeste, foram paralisadas. O ministro Júlio Sambaqui e toda a sua equipe, inclusive Paulo Freire, foram afastados do Ministério da Educação. O PNA acabou antes mesmo de ser colocado em prática: no Rio ele parou no treinamento dos cerca de 1000 monitores, em Sergipe foi paralisado na fase de seleção dos mesmos. No dia 14 de abril, duas semanas depois do golpe, o PNA foi oficialmente extinto

⁹ Segundo Mortatti (2000), a silabação compõe o rol das técnicas oriundas dos métodos sintéticos de ensino de leitura e escrita, que, por sua vez, seguem a marcha que toma como ponto de partida as unidades linguísticas menores para, então, analisar unidades maiores.

pela Portaria 237 do MEC. Seu caráter subversivo não seria tolerado pelo novo governo (p. 6-7).

A extinção do PNA, assim como a “supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão contra os que eram contra o regime militar” (VITÓRIA, 1993, p. 3), caracterizou-se como a primeira – o que seria recorrente, após esse período – iniciativa engendrada pelos militares no intuito de estabelecer as bases da Ditadura, demonstrando, através de suas táticas, orientação política distinta daquela que seria adotada nas reformas de base (estrutura agrária, econômica e educacional) anunciadas por Jango, e, posteriormente, endossadas pelo seu sucessor, o presidente João Goulart (VIEIRA; FARIAS, 2007).

O decreto nº 53.886/64, que extinguiu o Programa Nacional de Alfabetização, preconiza: “Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964” (BRASIL, 1964). Sendo assim, anuncia a necessidade de um novo planejamento para a EJA, desconsiderando todas as discussões e a organização do PNA, praticamente anulando tudo o que foi conquistado até o momento. Nesses termos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições constantes do art. 87, inciso I, da Constituição Federal e CONSIDERANDO a necessidade de reestruturar o Planejamento para a eliminação do analfabetismo no país; CONSIDERANDO ainda que o material a ser empregado na Alfabetização da População Nacional deverá veicular idéias nitidamente democráticas e preservar as instituições e tradições de nosso povo; CONSIDERANDO, finalmente, que o Departamento Nacional de Educação é o órgão do Ministério da Educação e Cultura ao qual incumbe, por lei, a administração dos assuntos de educação (BRASIL, 1964).

Após a saída das tropas às ruas e depois da publicação do Ato Institucional nº1 (AI-1)¹⁰, em 14 de abril, através da atuação da Câmara de Deputados, o PNA foi extinto. O decreto nº. 53.886 constitui-se como o primeiro aparato legal que encabeça uma série de disposições normativas¹¹ que, além de estabelecer um ciclo de reformas

¹⁰ Publicado em 09 de abril de 1964, o AI-1, documento editado pelos comandantes-em-chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, foi plataforma de divulgação dos princípios da revolução de 1964, criou a possibilidade de suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 10 anos, a cassação dos mandatos, e estabeleceu outras providências.

¹¹ No campo legislativo, Freitag (1979) apresenta como principais destaques da área de Educação, durante o regime militar: a) a constituição de 1967; b) a lei 5.540 que reformou o ensino superior em 1968; c) o decreto-lei nº 5.379/67 que institucionalizou o MOBRAF; d) a lei 5692/71 que reformou o ensino de 1º e 2º graus; e) o decreto-lei nº 71.737 que institucionalizou o ensino supletivo.

educacionais que perduraram até 1985, estabelece as diretrizes da educação brasileira durante os “anos de chumbo”.

Segundo Júnior (2012, p.38),

Com o golpe militar de 1964, os programas de alfabetização e educação popular que se haviam multiplicado por todo o país passaram a ser vistos como uma grave ameaça à ordem, chegando a quase desaparecer. Alguns poucos sobreviveram nos municípios do interior ou funcionavam de forma clandestina nas grandes cidades. Seus promotores e idealizadores foram reprimidos, presos e o material que seria utilizado, apreendido. O Programa Nacional de Alfabetização foi interrompido e desmantelado.

As ideias progressistas que estavam subjacentes às propostas pedagógicas desenvolvidas por Paulo Freire, e presentes, também, no projeto do Plano Nacional de Alfabetização, não contribuíam para a manutenção do regime militar, uma vez que as bases políticas que embasavam esses projetos remontavam às propostas de reforma de base divulgadas pelos governos de Jango/Goulart, e tinham em seu bojo uma concepção de educação subversiva aos olhos dos tecnocratas de formação militar que adentraram os gabinetes do Ministério da Educação e Cultura para assumir os cargos de chefia.

Sendo assim, após o golpe de 1964, coube aos responsáveis pela educação brasileira a tarefa de banir qualquer tipo de prática educativa que não estivesse de acordo com as disposições dos decretos-leis e atos institucionais que foram elaborados durante o regime. No que se refere à censura ao material didático, o artigo 2º do decreto de extinção do PNA ilustra as estratégias adotadas pelos militares, orientando que

O Departamento Nacional de Educação recolherá todo o acervo empregado na execução do Programa Nacional de Alfabetização, cujos recursos também ficarão à disposição daquele órgão (BRASIL, 1964).

Segundo Paiva (1990), a elaboração de políticas públicas de alfabetização foi o carro chefe utilizado como uma das estratégias para a manutenção do regime. Sendo assim, após três anos de extinção do PNA, das ondas nefastas do regime, foi elaborado o plano do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL

Do ponto de vista político-estratégico, O MOBRAL fundamenta as políticas públicas de alfabetização para atender às demandas de escolarização¹², do público jovem e adulto brasileiro, durante o período da Ditadura Militar (1964-1985).

Ferraro (2009) ressalta que

A alfabetização da população constitui, sem dúvida, questão central na definição de uma política educacional. Por isso, a análise da tendência da alfabetização ou do analfabetismo é perspectiva privilegiada para se avaliar a política educacional de um país em conjunto (p.105).

Nessa perspectiva, inicialmente faremos um breve comentário acerca da criação do MOBRAL e dos objetivos que orientaram as suas primeiras atividades enquanto fundação promotora de projetos educacionais. Analisaremos a Lei 5.379/67, evidenciando o conceito de alfabetismo funcional, que está subjacente aos seus objetivos operacionais.

Criado no ano de 1967, através da Lei 5.379/67, o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL foi elaborado durante o governo de Castello Branco (1964-1967), sendo a lei que o institucionaliza publicada no último ano das atividades do referido presidente. Apesar de seus aspectos legais e suas diretrizes operacionais terem sido divulgados através da publicação da lei de criação em 1967, o MOBRAL foi implantado no ano de 1970, no governo do presidente Emílio Médici (1969-1974).

Farias e Vieira (2007) ressaltam que “a educação de jovens e adultos, materializada no MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) e na forte ênfase depositada no ensino supletivo é uma das prioridades do período” (p.139).

Segundo Ferraro (2009, p.110),

O projeto político do MOBRAL surgiu e se definiu por oposição e como alternativa aos movimentos sociais e educacionais inspirados na pedagogia de Paulo Freire, reprimidos pelo Regime Militar. Aliás, poderíamos dizer que ali está a definição não só do projeto político do MOBRAL, mas também de toda a proposta educacional da Ditadura.

A importância atribuída ao MOBRAL pode ser interpretada considerando-se a ideia de que o mesmo não foi apenas um projeto educacional, mas, também, uma das

¹² Aqui estamos nos referindo àquelas demandas educacionais que o Estado considera conveniente atender através das Políticas Públicas de Educação.

estratégias políticas que foram utilizadas pelos dirigentes militares no intuito de garantir a unidade e a manutenção da Ditadura Militar, que instalaram no Brasil, no ano de 1964.

Segundo Oliveira e Souza (2007, p.18-19),

A educação de jovens e adultos, no início do governo militar, foi marcada pela falta de investimentos. Somente em 1966, diante da má repercussão internacional dos elevados índices de analfabetismo aliada aos apelos da Unesco, o governo brasileiro elaborou o Plano Complementar em trabalho conjunto entre Conselho Federal de Educação, Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Planejamento. Daí assumiu as diretrizes técnicas de modo a estabelecer estratégias para reduzir os índices de analfabetismo que, segundo o IBGE, em 1960 eram de 39,50 % da população com mais de 15 anos de idade.

A institucionalização do MOBREAL mostra que os tecnocratas do Ministério da Educação e Cultura não tinham perdido de vista as tentativas de combate ao analfabetismo¹³, desenvolvidas pelo Governo Federal desde as campanhas de alfabetização da década de 1940.

Nesse sentido, Ferraro (2009) reforça as nossas observações, quando ressalta que

O regime militar reprimiu e destruiu os movimentos sociais e de educação popular dos anos 50 e início dos anos 60. Para cobrir a lacuna, criou o MOBREAL, confiando-lhe a responsabilidade de eliminar o analfabetismo de jovens e adultos. Mas, o que é que interessava sobremaneira ao regime: alfabetizar o povo ou livrar-se dos incômodos movimentos sociais do período anterior e substituí-los por um órgão capaz de veicular para as massas a ideologia oficial? Dizer simplesmente que o MOBREAL fracassou na realização do objetivo de “eliminar o analfabetismo de jovens e adultos” seria insistir numa meia verdade. O MOBREAL foi parte e foi posto a serviço de um determinado projeto educacional e social. Seriam, pois, a política educacional em seu todo e, com ela, o projeto social da Ditadura que precisariam ser avaliados (p. 118).

A política do MOBREAL apresentou-se como aparato ideológico que garantia a manutenção do regime, uma vez que os seus programas veiculavam ideias que estavam em consonância com as normas hegemônicas da época, mostrando, ainda que precariamente, a disposição militar na elaboração¹⁴ de políticas públicas direcionadas para as camadas populares em todo o território nacional (PAIVA, 1990).

Nesse sentido, Freitag (1979) ressalta que

¹³ Segundo Souza e Oliveira (2010), a continuidade das tentativas de erradicação do analfabetismo garantiu ao Brasil uma boa imagem no cenário internacional e atendeu às reivindicações da UNESCO.

¹⁴ Segundo Paiva (1990), na área educacional, a política que reformulou e expandiu o ensino superior, durante a Ditadura Militar, visava atender as demandas da classe média brasileira.

O MOBRAL, como se sabe, não é o primeiro esforço alfabetizador. Mas é a primeira vez que o governo se encarrega de implantar um movimento que antes de mais nada alfabetize a força de trabalho e eleve, mesmo que por um mínimo, o seu nível de qualificação (p. 90).

O organismo executor da campanha alfabetizadora empreendida durante o regime militar funcionou entre os anos de 1970 e 1985. Dos quadros dirigentes que compuseram o MOBRAL, destacamos a figura do presidente Prof. Mário Henrique Simosen, que ficou à frente da fundação.

No que tange aos aspectos financeiros e organizacionais, Vitória (1993) afirma que “para financiar esta superestrutura o MOBRAL recebia recursos da União, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2% do Imposto de Renda e ainda um percentual da Loteria Esportiva” (p. 3).

Lançando mão dos vultosos orçamentos, que estavam disponíveis para as atividades do MOBRAL, o presidente da fundação logrou, através de uma estrutura descentralizada, expandir os projetos em todo o território nacional. Sendo assim, enquanto organismo executor, a fundação desenvolveu uma campanha alfabetizadora, que se espalhou por todo o Brasil, através da cooperação entre secretarias de educação estaduais, municipais e a sede do MOBRAL. Além da atuação no campo do ensino de leitura e escrita, a fundação também atuou em projetos voltados ao atendimento pré-escolar e na alfabetização de crianças¹⁵.

Apesar dos elevados gastos e da grande estrutura desenvolvida para a realização das suas atividades, o MOBRAL era visto com ceticismo e desconfiança por profissionais da área de educação e intelectuais. Sobre esse aspecto Paiva (1990) ressalta que

Entre os profissionais da educação, entre aqueles que pretendem avaliar o movimento a partir de uma perspectiva "técnica" que privilegia a "rentabilidade" dos enormes recursos investidos pelo país em tal movimento, reinou sempre profundo ceticismo a respeito dos proclamados resultados do Mobral — seja no que concerne à alfabetização, seja no que diz respeito ao possível impacto de outras formas de ação do movimento. Mas o questionamento do Mobral vai mais fundo. No que concerne à alfabetização não é apenas a estabilidade da capacidade de ler e escrever lograda por uma parte dos seus alunos e os índices divulgados que são discutíveis, é a própria meta da redução dos índices que se questiona e, portanto, o próprio sentido do movimento que a adota (p.84).

¹⁵ O projeto que tinha como objetivo a alfabetização de crianças ficou conhecido como Mobralzinho.

No que diz respeito aos projetos de educação de jovens e adultos realizados em classes de alfabetização, o público alvo era composto inicialmente por adolescentes e adultos (até os 30 anos) considerados analfabetos, e, após quatro anos, foram incluídos adultos com mais de 30 anos.

Sobre os objetivos das atividades desenvolvidas nas turmas de alfabetização, Júnior (2012) ressalta que

O projeto previa que a alfabetização deveria estar associada às prioridades das pessoas, tais como aos problemas de ordem econômica e social, visando as transformações da realidade dessas pessoas, além das relações que alfabetização deveria ter com as necessidades atuais e futuras de mão-de-obra (p. 41).

A partir das considerações do autor supracitado podemos depreender que o entendimento que se tinha naquela época era de que o domínio dos rudimentos de leitura e escrita gerava não apenas benefícios para os indivíduos que se tornariam alfabetizados, mas, também, contribuía para o desenvolvimento da sociedade em que as atividades das campanhas de alfabetização em massa seriam desenvolvidas.

Nos termos do art. 1º da Lei nº 5.379/67, que “Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos” (BRASIL, 1967):

Constituem atividades prioritárias permanentes, no Ministério da Educação e Cultura, a alfabetização funcional e, principalmente, a educação continuada de adolescentes e adultos. Essas atividades em sua fase inicial atingirão os objetivos em dois períodos sucessivos de 4 (quatro) anos, o primeiro destinado a adolescentes e adultos analfabetos até 30 (trinta) anos, e o segundo, aos analfabetos de mais de 30 (trinta) anos de idade. Após esses dois períodos, a educação continuada de adultos prosseguirá de maneira constante e sem discriminação etária (BRASIL, 1967).

Segundo o disposto no documento supracitado, a alfabetização funcional foi alçada como atividade prioritária do Ministério da Educação e Cultura. Percebe-se, pois, que a campanha alfabetizadora, que substituiu o Plano Nacional de Alfabetização, apresenta, no corpo da sua lei de criação, a vertente que orientou as práticas alfabetizadoras do MOBREAL, uma vez que a utilização do adjetivo “funcional” para qualificar a palavra “alfabetização” enseja o desenvolvimento de habilidades rudimentares de leitura e escrita e seus usos práticos no cotidiano dos alfabetizados.

No que tange às interpretações que foram feitas sobre a funcionalidade da alfabetização, Ribeiro (1997) afirma que

Para uns, a funcionalidade da alfabetização dizia respeito, principalmente, à formação de mão-de-obra apta a adaptar-se às exigências da modernização econômica, para outros, a funcionalidade deveria ser interpretada como adequação das iniciativas de alfabetização aos interesses da população pobre, oprimida ou marginalizada, devendo, nesse sentido, visar à transformação das estruturas políticas e econômicas e não à adaptação dos indivíduos a elas (p. 148-149).

Com base nas pesquisas desenvolvidas por Paiva (1990) e Júnior (2012), afirmamos que a funcionalidade que o MOBRAL pretendia desenvolver tinha como principal objetivo a formação precária de uma mão de obra semiquificada, bem como a elevação dos índices de alfabetização nas estatísticas nacionais.

Sobre os programas de alfabetização funcional, Paiva (1990) afirma que

A defesa dos programas de "alfabetização funcional" — e paralelo desestímulo às campanhas de alfabetização em massa — surgiu no mesmo período em que se difundiu a economia da educação e as técnicas de planejamento educacional, com a utilização das quais se pretendia otimizar as aplicações no setor educacional, evitando o desperdício de recursos. Avaliadas a partir desta perspectiva, decididamente as campanhas representam uma forma de desperdício. Em contraposição a elas, a Unesco passou a recomendar programas de alfabetização restritos a serem realizados nas unidades produtivas, dentro do horário de trabalho e em conexão com as possibilidades de uso imediato dos conhecimentos adquiridos: esta seria uma "alfabetização funcional", alternativa para as campanhas e para os programas de desenvolvimento comunitário promovidos em contextos nos quais não se observa uma real transformação da estrutura sócio-econômica (PAIVA, 1990, p. 94).

Sobre o conceito de alfabetização funcional divulgado pela UNESCO, Ribeiro (1997) afirma que

Em 1958, a Unesco definia como alfabetizada uma pessoa capaz de ler ou escrever um enunciado simples, relacionado a sua vida diária. Vinte anos depois, a Unesco sugeriu a adoção do conceito de alfabetismo funcional. É considerada alfabetizada funcional a pessoa capaz de utilizar a leitura e escrita para fazer frente às demandas de seu contexto social e de usar essas habilidades para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida (p. 1).

Segundo Ferraro (2009), os dados estatísticos publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE confirmam o fracasso da campanha alfabetizadora empreendida pelo MOBRAL, uma vez que os seus projetos não lograram

alcançar a substancial diminuição das taxas de analfabetismo, que foi prometida nos primeiros anos de funcionamento da fundação.

Sendo assim, a partir dos resultados obtidos através dos estudos realizados pelo autor supracitado, podemos depreender que os objetivos da alfabetização funcional estabelecidos pelo UNESCO foram substituídos pelo empobrecimento do ensino oferecido para as camadas populares, nas turmas de alfabetização criadas pelo MOBRAL, e nas propostas de formação continuada, via sistema de telecomunicações, como consta no 4º objetivo da fundação:

Promoção da educação dos analfabetos de qualquer idade ou condição, alcançáveis pelos recursos audiovisuais, em programas que assegurem aferição válida dos resultados. A assistência financeira consistirá, em relação a cada alfabetizando matriculado e freqüente, na contribuição de um terço do custo previsto para a educação direta dos analfabetos adultos (BRASIL, 1967).

Cabe ressaltar que, confrontando as informações que estão dispostas no decreto-lei nº 53.465/64 (PNA) e na Lei nº 5.379/67 (MOBRAL), observamos que enquanto o primeiro enfatizava o termo alfabetização sem adjetivá-lo, na Lei de criação do MOBRAL a escolha da nomenclatura “alfabetismo funcional” é enfatizada.

O aspecto enfatizado acima indica que a política pública de alfabetização elaborada pelos militares não tinha como objetivo a formação de leitores e escritores, uma vez que o termo alfabetização funcional implica apenas o desenvolvimento de rudimentos de leitura e escrita.

Ainda que apenas no nível propositivo, a escolha do adjetivo funcional pode ser considerada a principal alteração, no que diz respeito à orientação teórica referente à alfabetização, uma vez que, após a extinção do PNA, os militares tiveram que apresentar uma proposta que estivesse em consonância com os seus objetivos e, sobretudo, com uma fundamentação teórica distinta das propostas de Paulo Freire.

O Método de alfabetização utilizado pelo MOBRAL

Nas fontes documentais que localizamos, a saber: imagens da cartilha do MOBRAL, intitulada: “Livro de Leitura”, o método de alfabetização proposto para o desenvolvimento das práticas pedagógicas nas classes do MOBRAL reforçava a ideia

de que o método sintético deveria ser utilizado nas atividades relacionadas ao ensino de leitura e escrita.

Como podemos observar, em uma das páginas da cartilha “Livro de Leitura”, está presente a técnica da silabação, oriunda do método de marcha sintética¹⁶. A utilização desse método faz com que o alfabetizando realize, inicialmente, a separação silábica da palavra, depois incita o reconhecimento de estruturas silábicas similares, para então formar outras palavras e finalizar o trabalho formando frases curtas, utilizando palavras do seu universo vocabular.

Vejam nas imagens abaixo:

Figura 1- Cartilha do Mobral, p.14-15, sem data.



Fonte: Acervo pessoal Sebastião Araújo Sobrinho. Extraído do artigo de autoria de SOUZA e OLIVEIRA (2010).

Sobre a sequência acima esboçada, Frade (2007 apud OLIVEIRA; SOUZA, 2010) ressalta que

O método sintético (composta pelos métodos alfabético, fônico e silábico) segue a marcha que vai das partes para o todo, e implicava na memorização e repetição de exercícios. Privilegia-se a decoração de sinais gráficos e as correspondências fonográficas. De maneira geral, parece que a escolha por apenas um caminho para sistematização das relações fonema-grafema a letra,

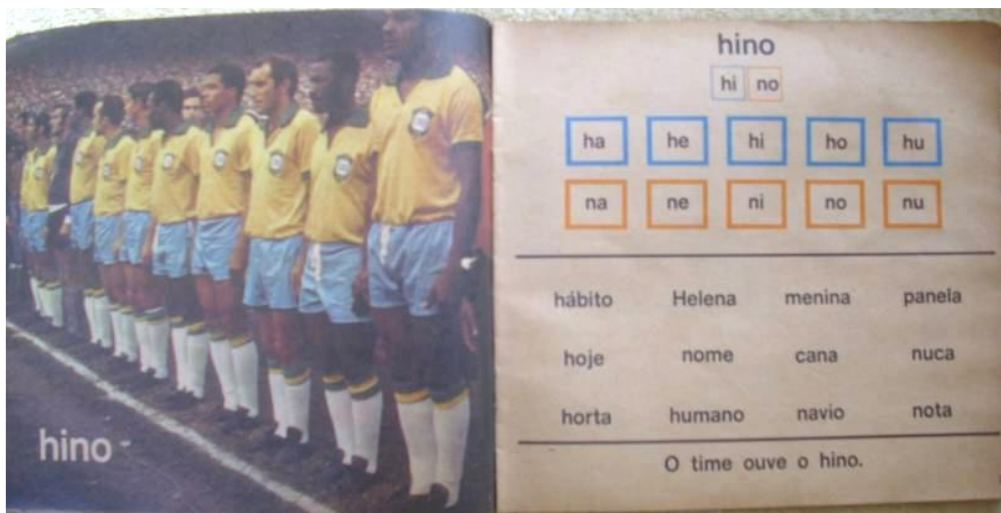
¹⁶ Não pretendemos fazer comparações entre o método sintético e o método analítico.

o fonema ou a sílaba, é que diferencia o tratamento em torno das correspondências fonográficas (p.12).

A imagem 2 ilustra outro exercício que apresenta as mesmas características elencadas pela autora supracitada.

A falta de fontes de outra natureza não nos permite fazer generalizações acerca do material didático do MOBREAL. Entretanto, os exercícios propostos indicam a exigência de respostas mecânicas atrelada à técnica de silabação, que certamente não contribuíam para a formação de leitores e escritores, mas promovia, sim, o desenvolvimento dos rudimentos de leitura e escrita, que instrumentalizavam o estudante na realização das atividades mais elementares do seu cotidiano, quais sejam: ler textos curtos, letreiros, verificar o preço de produtos, entre outras.

Figura 2 - Cartilha do Mobral, p.28-29 sem data



Fonte: Acervo pessoal Sebastião Araújo Sobrinho. Extraído do artigo de autoria de SOUZA e OLIVEIRA (2010).

Sendo assim, possivelmente, as práticas alfabetizadoras do MOBREAL não ofereciam possibilidades concretas para os alunos das camadas populares ampliarem as suas habilidades comunicativas, no sentido de atender às exigências das modernas sociedades grafocêntricas, onde circulam uma série de textos, nos mais variados gêneros discursivos.

O fracasso da política pública de alfabetização desenvolvida durante a Ditadura Militar foi evidenciado nas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que ainda durante o regime foram divulgadas, contrariando, dessa forma, a expectativa dos tecnocratas responsáveis pelo MOBRAL, expressa no Plano Setorial de Educação e Cultura (1972-1974), qual seja: “Eliminar, possivelmente, no decorrer da década de 1970, o analfabetismo de adolescentes e adultos, com esforço concentrado na faixa dos 15 aos 35 anos de idade” (BRASIL, MEC, 1971, p. 25-26).

Nesse sentido, as investigações de Ferraro (2009) apontam qual foi o resultado da campanha alfabetizadora do MOBRAL:

O censo de 1980 acusa, para a população de 15 anos e mais, um total de 18,7 milhões e um índice de 25,5% de analfabetos, números esses quase duas vezes mais elevados do que os estimados pelo MOBRAL para o ano de 1977 (9,5 milhões e 14,2%, respectivamente) (FERRARO, 2009, p. 112).

Os dados divulgados por Ferraro (2009) indicam que nem mesmo após sete anos da data de sua criação a fundação logrou garantir uma das suas funções precípuas.

No intuito de reforçar as informações elencadas acima, reproduzimos a tabela abaixo, na qual consta, em termos absolutos e percentuais, o índice de analfabetismo no Brasil, entre 1977 e 1984, período em que os projetos do MOBRAL estavam em franco desenvolvimento.

Tabela 1 - Analfabetismo entre as pessoas de 15 anos ou mais no Brasil

Levantamentos IBGE	População de 15 anos ou mais		
	Total	Pessoas analfabetas	% Pessoas analfabetas
PNAD 1977	65.759.879	15.612.476	23,7
Censo 1980	73.541.943	18.716.847	25,5
PNAD 1982	76.534.782	17.685.985	23,1
PNAD 1984	81.140.950	17.273.309	21,3

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico 1980 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios dos anos de 1977, 1982 e 1984. Extraído do livro “História Inacabada do Analfabetismo no Brasil” (FERRARO, 2009).

No que diz respeito às políticas de alfabetização de jovens e adultos, as críticas que educadores e intelectuais progressistas direcionavam ao MOBRAL foram confirmadas após a divulgação dos dados do IBGE. Nesse sentido, no contexto da abertura política do país, foi publicado o decreto nº 91.980, de 25 de novembro de 1985, responsável pela substituição do MOBRAL pela Fundação EDUCAR.

Sendo assim, logo nos primeiros artigos que compõem o documento em pauta, encontra-se:

Art. 1º. A Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, instituída pelo Decreto nº 62.455, de 22 de março de 1968, nos termos do artigo 4º da Lei nº 5379, de 15 de dezembro de 1967, passa a denominar-se Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos - EDUCAR, com o objetivo de fomentar a execução de programas de alfabetização e educação básica destinados aos que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos prematuramente (BRASIL, 1985).

O artigo supracitado indica que a Fundação Educar, além de substituir o MOBRAL, tinha como objetivo alfabetizar jovens e adultos, ou seja, o mesmo objetivo da fundação que lhe deu origem. A redação do decreto nº 91.980 não nos permite estabelecer um paralelo entre a Fundação Educar e o MOBRAL, porém, ainda que de forma genérica, ressaltamos que a substituição da fundação indica que o objetivo dos militares era garantir o funcionamento e a continuidade da política de alfabetização iniciada em 1970, utilizando, a partir de 25 de novembro de 1985, uma nova nomenclatura.

Em 05 de outubro de 1988 foi promulgada a primeira constituição pós-Ditadura, no Brasil. No que diz respeito ao tema em análise, a carta magna de 1988, em seu artigo 214, dispõe:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: I - erradicação do analfabetismo (BRASIL, 1988).

Consta como primeiro objetivo do Estado no campo educacional a erradicação do analfabetismo. Isso indica que, mesmo após todas as campanhas, o poder público ainda necessitava conclamar esforços para alcançar os objetivos que os militares não conseguiram.

Segundo Farias e Vieira (2007), o período que compreende o final da Ditadura até a gestão do Presidente Itamar Franco (1992-1994) não foi marcado por reformas pontuais no campo educacional, sendo assim, do ano de 1985 ao ano de 1994, o Ministério da Educação não apresentou propostas muito diferentes daquelas que foram desenvolvidas pelos militares.

No que diz respeito à política educacional brasileira, os presidentes que estiveram à frente do país durante o período inicial da redemocratização limitaram-se a fazer apenas algumas alterações no texto das leis anteriores, e, no campo da alfabetização de jovens e adultos, foi aprovado em 11 de setembro de 1990, através do decreto nº 99.519, o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC.

Na carta de apresentação do projeto do PNAC o Ex-Presidente Fernando Collor enfatiza:

A história de nossa educação excluiu o povo e impediu nosso desenvolvimento integral. Não pode ir para adiante um país em que vinte por cento da população com mais de quinze anos de idade não sabe ler e escrever, em que quarenta milhões têm menos de quatro anos de escolarização. De cada cem crianças que ingressam na escola primária, apenas vinte e duas logram concluí-la, e um número menor ainda chega ao seguinte estágio de ensino. Muitos desses brasileiros, apesar da passagem pela escola, permanecerão analfabetos por toda sua vida (BRASIL, 1990).

Com essas palavras, o Ex-Presidente Fernando Collor mostra qual era o saldo da educação brasileira pós-Ditadura. O PNAC representa na história da alfabetização a primeira iniciativa oficial que visava erradicar o analfabetismo, empreendida no período da redemocratização. Entretanto, não logrou êxito em seus propósitos.

Nesse sentido, analisando a trajetória do analfabetismo no Brasil, Ferraro (2009) ressalta que

Em que pesem as sucessivas juras e projetos dos governantes, por mais de um século, de erradicar o analfabetismo, o Brasil chegou ao ano 2000 com nada menos do que 17, 6 milhões de analfabetos entre as pessoas de 10 anos ou mais e 25, 7 milhões entre as pessoas de 5 anos ou mais (p. 120).

No que diz respeito ao combate ao analfabetismo, começamos o século XXI com dados preocupantes e a certeza aterradora da persistência de antigos problemas no campo da escolarização de jovens e adultos.

A lei 8.530 que promulgou o Plano Nacional de Educação – PNE (2011/2020) reforça as nossas conclusões:

O CONGRESSO NACIONAL decreta: Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 (PNE - 2011/2020) constante do Anexo desta Lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição. Art. 2º São diretrizes do PNE - 2011/2020: I - erradicação do analfabetismo [...] (BRASIL, 2010).

Os documentos supracitados indicam que, apesar das reiteradas iniciativas oficiais, o Estado tem pela frente uma árdua tarefa, qual seja: garantir a alfabetização da população brasileira.

Atualmente alguns programas de alfabetização¹⁷ têm reunido esforços no sentido de alfabetizar a população de jovens e adultos analfabetos, ainda que severas críticas elaboradas por especialistas e educadores brasileiros têm apontado a ineficácia das mesmas.

No campo da pesquisa, desde a década de 1980 vem se delineando novos caminhos na área de estudo da alfabetização, gerando debates acirrados entre professores e gestores educacionais.

Em relação aos métodos, a tônica desse período é caracterizada pela hegemonia do construtivismo e a proposta de desmetodização das práticas alfabetizadoras, que sua abordagem enseja.

Do ponto de vista conceitual, o termo letramento tem sido utilizado para explicar o estado/condição daqueles que fazem uso constante da leitura e da escrita como práticas eminentemente sociais. Essas breves observações indicam que o tema ‘alfabetização no Brasil’ ainda requer - por tempo indeterminado - a atenção dos pesquisadores e do poder público.

Considerações finais

No intuito de evidenciar quais foram as concepções e os métodos de alfabetização que fundamentavam as ações do Governo Federal direcionadas para o combate ao analfabetismo no Brasil, consultamos, para fins de análise, fontes documentais do período da Ditadura Civil Militar brasileira (1964-1985).

Os dados coletados indicam que os militares desmantelaram o Plano Nacional de Alfabetização – PNA, revogando o seu decreto de criação e suspendendo as suas

¹⁷ Destacamos os programas Brasil Alfabetizado e Todos Pela Educação – TOPA.

atividades. Após a revogação do PNA, o método de alfabetização do Professor Paulo Freire foi banido das propostas oficiais em virtude da orientação política progressista que fundamentava os objetivos do plano.

Com o objetivo de atender às demandas educacionais que não foram atendidas através do PNA, os militares criaram a fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, principal responsável pela elaboração das campanhas de alfabetização da população jovem e adulta, entre os anos de 1964 e 1985.

No que tange às atividades desenvolvidas pelo MOBRAL, a análise dos documentos coletados evidenciou que houve a substituição do Sistema Paulo Freire (presente no PNA) pelo termo alfabetização funcional.

De forma genérica, os dados indicam que, possivelmente, o termo alfabetização funcional representou as intenções dos militares, uma vez que o termo funcional estava em consonância com os padrões estabelecidos pela UNESCO para a alfabetização em massa na América Latina.

Salientamos, ainda, que a noção de funcionalidade, preconizada pelos tecnocratas responsáveis pelo MOBRAL, estava atrelada à tendência economicista que estava subjacente à política educacional da Ditadura Militar, uma vez que ensejava a formação de mão de obra no intuito de aperfeiçoar o desenvolvimento econômico do país a partir de investimentos em educação.

A análise documental indica, ainda, que os cursos de alfabetização de adultos desenvolvidos pelo MOBRAL duravam apenas seis meses e o ensino de língua materna era desenvolvido de forma mecânica, através de técnicas de silabação que contribuíam para fornecer apenas os rudimentos de leitura e escrita para os estudantes das camadas populares.

Referências

BELLO, J. L. P. Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL. História da Educação no Brasil. Período do Regime Militar. *Pedagogia em Foco*, 1993. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb10a.htm>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2013.

BRASIL. *Lei de diretrizes e bases da educação LDB 5692/71*. Brasília: MEC, 1971.

_____. *Lei nº 5379/67, criação Da fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL*. Brasília: MEC, 1967.

- _____. *Decreto nº 53.465/64, criação do Plano Nacional de Alfabetização – PNA*. Brasília: MEC, 1964.
- _____. *Decreto nº 53.886/64, extinção do Plano Nacional de Alfabetização – PNA*. Brasília: MEC, 1964.
- _____. *Decreto nº 91.980/85, criação da Fundação EDUCAR*. Brasília: MEC, 1985.
- _____. Senado Federal. *Constituições brasileiras: 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1969, 1988*. Brasília: Senado Federal, 2001. (Coleção constituições brasileiras).
- _____. *Lei nº 8.530/10, institui o Plano Nacional de Educação (PNE-2011/2020)*. Brasília: MEC, 2010.
- _____. *Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC*. Brasília: MEC, 1990.
- CUNHA, L. A. *O golpe na educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.
- FÁVERO, O. *Cultura Popular / Educação Popular: Memória dos Anos 60*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- FEITOSA, S. C. S. Texto de como parte da dissertação de mestrado defendida na FE-USP (1999) intitulada: "*Método Paulo Freire: princípios e práticas de uma concepção popular de educação*". Disponível em: <<http://www.paulofreire.org/Biblioteca/metodo.htm>>. Acesso em: 5 de janeiro de 2014.
- FERRARO, A. R. *História inacabada do analfabetismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.
- FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: paz e terra, 1967.
- FREITAG, B. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo: EDART. 1979.
- GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. Paulo Freire e Almicar Cabral: a descolonização das mentes. *Revista Educação*, Juiz de Fora, nº 24, p. 125-145, jun. 1999.
- GUMPERZ, J. N. *A construção social da alfabetização*. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- HARRIS, Th. L; HODGES, R.E. *Dicionário de alfabetização: vocabulário de leitura e escrita*. Trad. Beatriz Viégas-Faria. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- JÚNIOR, M. R. de S. *A Fundação EDUCAR e a extinção das campanhas de alfabetização de adultos no Brasil*. Dissertação de mestrado (Políticas públicas e formação humana)- Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, 2012.
- MADEIRA, V. de P. C. *O desafio fundamental do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC*, Brasília, ano 10, n.50/51, abr./set. 1992.
- MORTATTI, M. do R. L. *Educação e Letramento*. São Paulo: UNESP, 2004.
- _____. *Os sentidos da alfabetização: São Paulo (1876-1994)*. São Paulo: UNESP, 2000.
- _____. *Entre o ideal e o usual: a Didática Mínima*, de Rafael Grisi. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília/DF, v.200, 23p, 2002.
- _____. *História dos métodos de alfabetização no Brasil*. *Revista Educação*, Juiz de Fora, nº 69, p. 125-145, jun. 2010.

_____. Entre o ideal e o usual: a Didática Mínima, de Rafael Grisi. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília/DF, v.200, 23p., 2002.

OLIVEIRA, L. B.; SOUZA, S. T. *A alfabetização no MOBRAL: métodos e materiais didáticos*. (Uberlândia/MG, 1970-1985). *Revista Brasileira de Educação*, Brasília/DF, v.190, 27p, 1997.

PAIVA, V. MOBRAL: um desacerto autoritário. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília/DF, v.100, 32p., 1990.

RIBEIRO, V. M. Alfabetismo funcional: referências conceituais e metodológicas para a pesquisa. *Revista Educação & Sociedade*, São Paulo, ano 18, nº 60, p. 144-158, dez. 1997.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42.

SOUZA, S. T. *Políticas Públicas em Educação de Jovens e Adultos*. Universidade Federal de Uberlândia, 1996.

_____. Políticas Públicas em Alfabetização de Jovens e Adultos: reflexões sobre a experiência brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, Brasília/DF, v.170, 19p, 2008.

TEIXEIRA, W. *Educação em tempos de luta: história dos movimentos de educação e cultura popular (1958-1964)*. Dissertação (mestrado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

VIEIRA, S. L.; FARIAS, I. M. S. *Política Educacional no Brasil: uma introdução histórica*. Brasília: Liber livro editora, 2007.